

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 445.190 - PR (2018/0083803-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : VINICIUS EDGAR DA CRUZ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de Agravo Regimental (e-STJ, fls. 78-85), interposto pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, em *habeas corpus* impetrado em favor de **VINICIUS EDGAR DA CRUZ**, contra decisão desta Relatoria que não conheceu do *writ* (e-STJ, fls. 85-87).

O agravante sustenta que a Lei é "clara ao dispor que no caso de reconhecimento de falta grave é obrigatória a oitiva do reeducando sujeito ao processo administrativo disciplinar" e que de acordo com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, "nos termos do artigo 118, § 2º da Lei de Execuções Penais, o condenado deve ser ouvido pessoalmente pelo magistrado antes da regressão definitiva de regime, sendo insuficiente a apresentação de justificação por escrito" (e-STJ, fl. 81).

Requer "a reconsideração da r. decisão agravada ou a submissão do feito à Turma Julgadora.

É o relatório.

Decido.

Analisando os argumentos aduzidos nas razões do agravo regimental, verifico que assiste razão ao agravante, o que impõe a reconsideração da decisão agravada.

Consoante se verifica dos autos, o Tribunal *a quo* manteve a decisão do Juízo de Primeiro Grau que indeferiu o pedido de realização da audiência de justificação, com base nos seguintes fundamentos:

"Ao contrário do sustentado pela defesa, não há nulidade a ser corrigida, e muito menos ilegalidade no procedimento do magistrado a ser reparada quanto à homologação da falta grave.

Não possui razão jurídica o agravante porque a decisão agravada não padece de nulidade, pois embora se evidencie necessária a prévia oitiva do condenado em casos de regressão de regime, nos termos do artigo 118, parágrafo 2º, da Lei de Execução Penal, não há a exigência de que este ato seja realizado de forma pessoal, mostrando-se válida, portanto, a manifestação do apenado por meio escrito, como ocorreu (mov. 67.1).

Realmente, constata-se nos autos ter sido instaurado o imprescindível Procedimento Administrativo Disciplinar, no qual inclusive o agravante, devidamente assistido por advogado, admitiu que "encontrava-se recluso no cubículo 106 e há três semanas vem causando tumulto na galeria uma vez que deseja ser transferido (...)" (mov. 38.2), não há nulidade que, sem a realização formal da audiência de justificação, o sentenciado seja ouvido por escrito a respeito da falta grave imputada, porquanto tanto o exercício da autodefesa, quanto da defesa técnica lhe foram concretamente

assegurados.

Note-se que o fato de o artigo 118, parágrafo 2º, da Lei de Execução Penal, estabelecer que na hipótese de regressão de regime “deverá ser ouvido previamente o condenado”, não se pode tirar a ilação de que seja necessária a realização formal de audiência de justificação, como afirma a defesa, porquanto não há no dispositivo previsão expressa nesse sentido.” (e-STJ, fls. 36-37).

Com efeito, o entendimento firmado pelo acórdão impugnado encontra-se em dissonância com a orientação da Quinta e da Sexta Turmas deste Superior Tribunal de Justiça, que se firmou no sentido segundo o qual é prescindível a realização de audiência de justificação no procedimento administrativo disciplinar para apuração de falta grave, tão somente quando não houver regressão definitiva de regime prisional.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. FALTA GRAVE. DESOBEDIÊNCIA AOS AGENTES PENITENCIÁRIOS. CONFIGURAÇÃO: ART. 50, VI, C/C ART. 39, II E V, DA LEP. APURAÇÃO MEDIANTE REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE OITIVA JUDICIAL DO SENTENCIADO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PERCENTUAL MÁXIMO. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...] 2. Este Tribunal possui orientação no sentido ser "desnecessária a realização de audiência de justificação para homologação de falta grave, se ocorreu a apuração da falta disciplinar em regular procedimento administrativo, no qual foi assegurado, ao reeducando, o contraditório e ampla defesa, inclusive com a participação da defesa técnica" (HC 333.233/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 6/11/2015).

3. Ressalte-se, por oportuno, que o artigo 118 da LEP exige a oitiva prévia do apenado apenas nos casos de regressão definitiva de regime prisional, o que não é a hipótese dos autos.

[...]."

(AgRg no HC 440.695/SP, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, j. 5/6/2018, DJe 12/6/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PARA OITIVA DO REEDUCANDO ANTES DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE. PRÉVIA OITIVA NA FASE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE REGRESSÃO DE REGIME. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que, quando não houver a regressão de regime prisional, é dispensável a realização de nova oitiva do reeducando em Juízo se este já foi ouvido no curso do procedimento administrativo para a apuração da falta grave.

2. Agravo regimental não provido."

(AgRg no REsp 1543302/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI

CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018).

Todavia, na espécie, verifica-se que o apenado foi regredido para o regime fechado e teve alterada a sua data-base, para fins de obtenção de novos benefícios.

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão agravada, a fim de **conceder** o *habeas corpus* para cassar a decisão exarada pelo Juízo das Execuções, que determinou a regressão de regime do paciente sem a realização de audiência de justificação no âmbito do Procedimento Administrativo Disciplinar, assim como o respectivo acórdão, determinando que outra seja proferida, observando-se, contudo, a prévia oitiva judicial do sentenciado.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao Juízo da Comarca da Região Metropolitana de Londrina.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

